ISSN: 2358-8829

O NOVO LETRAMENTO NA INCLUSÃO SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Alexandre Rosa [1]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir o conceito de “novo letramento” — entendido como o conjunto de competências que extrapolam a alfabetização tradicional e incorporam habilidades digitais, midiáticas, críticas e sociais — e sua relação com os processos de inclusão social no âmbito da Educação Básica. Parte-se do pressuposto de que, na sociedade contemporânea, marcada pela intensificação do uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), o domínio da leitura e da escrita em sentido estrito já não é suficiente para garantir a plena participação cidadã dos estudantes da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Por meio de revisão bibliográfica, o texto aborda as origens do conceito de letramento, sua ampliação para os “multiletramentos” e “novos letramentos”, articula essas noções às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e discute como tais competências operam como mecanismo de inclusão — ou, inversamente, de exclusão digital e social — no cotidiano escolar. Conclui-se que a promoção do novo letramento na Educação Básica, associada à formação continuada de professores e à democratização do acesso à infraestrutura tecnológica, constitui condição necessária, ainda que não suficiente, para a construção de uma escola mais inclusiva e equitativa.

Palavras-chave: Novo letramento; Multiletramentos; Inclusão social; Educação Básica; BNCC.

[1] Professor Dr. Alexandre Rosa, Doutor em Ciências da Educação pela Universidad San Carlos (USC), Mestre em Gerência e Administração de Políticas Culturais e Educacionais pelo Instituto de Educacion Superior Kyre´y Saso - IESKS, Especialista em Educação Inclusiva e Arteterapia pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante - FAVENI, graduado em Letras Português/Inglês pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC. E-mail: alexandre.rosa@usc.edu.py

ISSN: 2358-8829

ABSTRACT

This article discusses the concept of “new literacy” — understood as the set of competencies that go beyond traditional literacy and incorporate digital, media, critical, and social skills — and its relationship with social inclusion processes within Basic Education. It is assumed that in contemporary society, marked by the intensification of Digital Information and Communication Technologies (DICT), mastery of reading and writing in the strict sense is no longer sufficient to guarantee full civic participation of students in early childhood, elementary, and secondary education. Through bibliographic review, the text addresses the origins of the concept of literacy, its expansion into “multiliteracies” and “new literacies”, relates these notions to the guidelines of the Brazilian National Common Curricular Base (BNCC), and discusses how these competencies function as a mechanism of inclusion — or, conversely, of digital and social exclusion — in everyday school life. It concludes that promoting new literacy in Basic Education, together with continuing teacher education and the democratization of access to technological infrastructure, is a necessary, though not sufficient, condition for building a more inclusive and equitable school.

Keywords: New literacy; Multiliteracies; Social inclusion; Basic Education; BNCC.

ISSN: 2358-8829

1 - INTRODUÇÃO

O conceito de letramento, consolidado no campo educacional brasileiro a partir dos trabalhos de Soares (1998, 2004) e Kleiman (1995), historicamente designou o conjunto de práticas sociais de uso da leitura e da escrita, distinguindo-se da alfabetização, compreendida como a aquisição do código alfabético. Contudo, as transformações tecnológicas, comunicacionais e culturais das últimas três décadas impuseram a necessidade de repensar essa categoria, sobretudo no contexto da Educação Básica, etapa formativa responsável por lançar as bases da cidadania digital dos estudantes brasileiros.

Surge, assim, a noção de “novos letramentos” (new literacies), cunhada por autores como Gee (2004) e pelo grupo New London Group (1996), que amplia o escopo do letramento para incluir competências digitais, visuais, midiáticas, informacionais e críticas. Essa ampliação não é meramente terminológica: ela reflete uma mudança estrutural na forma como crianças, adolescentes e jovens em idade escolar acessam informação, produzem conhecimento e se relacionam com o mundo, o que se reflete diretamente nas práticas pedagógicas da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular — BNCC (BRASIL, 2018) reconhece formalmente essa demanda ao instituir a “cultura digital” como uma das dez competências gerais da Educação Básica, o que evidencia o reconhecimento institucional da centralidade do novo letramento nos currículos escolares. Nesse contexto, discutir o novo letramento é também discutir inclusão social, uma vez que o acesso — ou a falta dele — a essas competências, já na escola básica, tem se tornado um dos principais fatores de estratificação educacional e social na contemporaneidade.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar, à luz da literatura especializada e das diretrizes curriculares vigentes, as relações entre o novo letramento e os processos de inclusão social no âmbito da Educação Básica, buscando responder à seguinte questão norteadora: em que medida o desenvolvimento de novas competências de letramento, desde as etapas iniciais da escolarização, pode constituir-se como instrumento de inclusão social dos

estudantes? Para tanto, o texto está organizado em três eixos: (i) a trajetória conceitual do letramento aos novos letramentos; (ii) sua incorporação às políticas curriculares da Educação Básica; e (iii) seu potencial — e seus limites — como instrumento de inclusão social na escola.

2 - DO LETRAMENTO AOS NOVOS LETRAMENTOS

2.1 O conceito clássico de letramento

Soares (2004) define letramento como o "estado ou condição de quem exerce as práticas sociais de leitura e escrita", diferenciando-o do processo de alfabetização propriamente dito. Enquanto a alfabetização se concentra na apropriação do sistema de escrita — processo central nos anos iniciais do Ensino Fundamental —, o letramento diz respeito ao uso social e funcional dessa habilidade em contextos diversos, como a leitura de um bilhete escolar, a interpretação de um gráfico ou a redação de um texto argumentativo.

2.2 A virada para os multiletramentos

Em 1996, o coletivo de pesquisadores conhecido como New London Group publicou o manifesto "A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures", no qual argumentava que a crescente diversidade cultural e linguística das salas de aula, somada à multiplicação dos canais de comunicação, exigia uma pedagogia capaz de lidar com múltiplos modos de representação — verbal, visual, sonoro, gestual e espacial. Essa perspectiva deu origem ao conceito de multiletramentos, que reconhece a legitimidade de diferentes linguagens e semioses no processo de significação em sala de aula, valorizando, por exemplo, memes, vídeos, podcasts e histórias em quadrinhos como objetos legítimos de ensino.

Paralelamente, Gee (2004) e outros pesquisadores do campo dos New Literacy Studies propuseram o termo "novos letramentos" para designar as práticas de leitura e escrita mediadas por tecnologias digitais — mensagens de texto, redes sociais, jogos eletrônicos, blogs — que possuem lógicas, gêneros e

convenções próprias, distintas das práticas de letramento impresso e cada vez mais presentes na vivência extraescolar de crianças e adolescentes.

2.3 Dimensões do novo letramento

A literatura contemporânea costuma agrupar o novo letramento em diferentes dimensões complementares, todas relevantes para o planejamento pedagógico na Educação Básica:

a) Letramento digital: capacidade de operar dispositivos e ambientes digitais de forma funcional e crítica;

b) Letramento informacional: habilidade de localizar, avaliar e utilizar informações de maneira ética e eficaz;

c) Letramento midiático: competência para analisar criticamente mensagens veiculadas pelos meios de comunicação, incluindo a identificação de desinformação;

d) Letramento crítico: capacidade de problematizar relações de poder subjacentes aos discursos e práticas sociais.

Essas dimensões não são estanques, mas se articulam de forma complementar na formação de estudantes da Educação Básica capazes de atuar plenamente na sociedade da informação, desde os primeiros anos de escolarização até o Ensino Médio.

3 - O NOVO LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1 A BNCC e a cultura digital

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) estabelece, entre as dez competências gerais que devem orientar toda a Educação Básica, a competência de “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética”. Essa formulação evidencia que o novo letramento deixou de ser um conteúdo optativo ou transversal e passou a integrar o núcleo das aprendizagens essenciais previstas para todas as etapas — da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Na prática, isso implica repensar componentes curriculares como Língua Portuguesa, Arte e as demais áreas do conhecimento, incorporando gêneros textuais digitais, práticas de curadoria de informação e produção multimidiática ao cotidiano escolar, em consonância com as habilidades específicas descritas nos eixos de leitura, escrita e oralidade da própria BNCC.

3.2 Letramento digital e inclusão de estudantes da Educação Básica

O acesso desigual às tecnologias digitais entre estudantes da rede pública e da rede privada, bem como entre regiões urbanas e rurais, configura o que a literatura denomina “exclusão digital de segundo nível” — relativa não apenas ao acesso a equipamentos, mas às habilidades de uso qualificado das tecnologias (BUZATO, 2007). Esse fenômeno tem impacto direto sobre a Educação Básica, na medida em que estudantes sem oportunidades sistemáticas de desenvolvimento do novo letramento chegam ao Ensino Médio com defasagens que comprometem tanto o desempenho acadêmico quanto a futura inserção no mundo do trabalho.

Além disso, o novo letramento constitui-se como instrumento relevante para a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial, uma vez que recursos digitais — leitores de tela, softwares de comunicação alternativa, legendas automáticas e materiais multimodais — ampliam as possibilidades de acesso ao currículo por parte de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades, quando articulados a práticas pedagógicas inclusivas.

3.3 Desafios da formação docente

A efetivação do novo letramento na Educação Básica depende, em grande medida, da formação inicial e continuada dos professores. Pesquisas indicam que parte significativa dos docentes da rede pública brasileira não recebeu, em sua formação inicial, preparo específico para o uso pedagógico crítico das tecnologias digitais, o que gera insegurança e resistência à incorporação de novas linguagens em sala de aula. Buzato (2007) alerta para o risco de que políticas de letramento digital, quando desenhadas de forma

descontextualizada e sem investimento na formação docente, aprofundem exclusões em vez de superá-las, ao pressuporem um professor e um estudante ideais, com acesso contínuo a infraestrutura tecnológica e conectividade estável.

4 - O NOVO LETRAMENTO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA

A inclusão social, compreendida como o processo de garantia de acesso equitativo a bens, serviços, direitos e oportunidades de participação, encontra na escola básica um de seus principais espaços de realização contemporânea. Isso ocorre, ao menos, por três razões principais.

Em primeiro lugar, o acesso a serviços públicos, à informação e à própria continuidade dos estudos — especialmente evidenciado durante o ensino remoto emergencial — tem sido crescentemente mediado por plataformas digitais, de modo que estudantes sem competências de letramento digital enfrentam barreiras concretas à aprendizagem e à permanência escolar.

Em segundo lugar, a trajetória educacional que articula letramento tradicional e novos letramentos, desde os anos iniciais, amplia as possibilidades de continuidade dos estudos e de inserção qualificada no mundo do trabalho, contribuindo para a mobilidade social dos estudantes egressos da Educação Básica.

Em terceiro lugar, a capacidade de leitura crítica de mídias e informações — o letramento midiático e informacional — tornou-se condição para a formação cidadã já na escola básica, especialmente diante da circulação massiva de desinformação nas redes sociais, fenômeno que afeta de modo particular crianças e adolescentes em fase de formação de repertório crítico.

Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que o próprio processo de promoção dos novos letramentos na escola pode reproduzir desigualdades caso não considere as condições materiais e socioculturais das diferentes comunidades escolares, exigindo políticas de infraestrutura, conectividade e formação docente articuladas entre si.

ISSN: 2358-8829

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo letramento constitui-se como categoria analítica fundamental para a compreensão dos mecanismos contemporâneos de inclusão e exclusão social no âmbito da Educação Básica. Longe de se restringir à dimensão técnica do manuseio de dispositivos digitais, ele envolve competências críticas, informacionais e midiáticas necessárias ao exercício pleno da cidadania desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, encontrando respaldo formal nas competências gerais previstas pela BNCC.

Conclui-se que a promoção do novo letramento na escola básica deve ser compreendida como política pública prioritária, articulada a ações estruturais de democratização do acesso à infraestrutura tecnológica e de formação inicial e continuada de professores. Sem essa articulação, corre-se o risco de que iniciativas de letramento digital, ainda que bem-intencionadas, aprofundem as desigualdades que pretendem combater. Recomenda-se, para pesquisas futuras, o aprofundamento de estudos empíricos que avaliem o impacto de programas específicos de novo letramento sobre indicadores concretos de inclusão social e desempenho escolar em diferentes redes e regiões do país.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BRASIL. ***Ministério da Educação***. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BUZATO, M. E. K. ***Letramentos digitais e formação de professores***. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO, 3., 2007, São Paulo. Anais [...]. São Paulo, 2007.

GEE, J. P. Situated Language and Learning: ***A Critique of Traditional Schooling***. New York: Routledge, 2004.

KLEIMAN, A. B. (Org.). ***Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas***: Mercado de Letras, 1995.

NEW LONDON GROUP. ***A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures***. Harvard Educational Review, v. 66, n. 1, p. 60-92, 1996.

SOARES, M. ***Letramento: um tema em três gêneros***. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. ***Letramento e alfabetização: as muitas facetas***. Revista